

Mais de um terço dos brasileiros dizem acreditar que a sua situação econômica vai piorar, aponta Datafolha



Pesquisa Datafolha mostra que o percentual de brasileiros que esperam uma piora na sua situação econômica passou de 22% em dezembro para 38% em março deste ano, um dos piores resultados registrados nas pesquisas sobre o tema, que têm início em 1997.

Os percentuais acima desse patamar só foram registrados no início de 2006, de 40% no governo Lula, e em 2014, de 41% no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. No primeiro caso, vivia-se o fim de um período de crise econômica. No segundo, o início de outra.

A nova pesquisa também mostra que a expectativa de melhora na própria situação

econômica caiu de 31% em dezembro do ano passado para 14% em março deste ano, ponto mais baixo da série histórica.

Para outros 47%, a sua situação financeira vai ficar como está. Eram 46% na pesquisa anterior.

O pessimismo é maior entre as mulheres (41%) do que entre os homens (33%); entre as pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos (44%) do que entre os com renda superior a dez salários (23%); no Sul (39%) e Nordeste (40%) do que no Norte/Centro-Oeste (34%), além de chegar a 53% entre os desempregados.

Atinge 43% entre os que receberam auxílio emergencial em 2020 e cai para 35%

entre os que não pediram o benefício.

Entre aqueles que acham que sua situação vai melhorar, os maiores percentuais estão entre empresários (26%) e estudantes (24%), renda superior a dez salários mínimos (22%), moradores do Norte/Centro-Oeste (20%), evangélicos (18%), pessoas que dizem não ter medo do coronavírus (23%) e/ou que avaliam o presidente como ótimo/bom (21%).

A piora na expectativa sobre a situação financeira da maioria dos entrevistados se dá em um momento de agravamento da crise sanitária, com recordes de mortes, novas medidas de restrição de circulação e atraso no cronograma de vacinação. Folhapress

Economia



BC não considera riscos da alta de juros na nova crise da Covid e divide economistas *Página - 03*

Comércio diz que vendas caíram em março e pede mais ajuda do governo *Página - 03*

Política



Suplente de Major Olímpio no Senado, Alexandre Giordano foi pivô de crise no Paraguai *Página - 04*

Negócios



O poder de adaptação que fez a diferença na pandemia *Página - 08*

No Mundo

O que explica o sucesso do Chile na vacinação contra a Covid-19?



Enquanto grande parte da América Latina lida com campanhas de imunização lentas ou interrompidas, permeadas por desinformação e escândalos de desvios, o Chile virou um modelo de vacinação na região.

Com uma campanha iniciada em 24 de dezembro, o país já aplicou ao menos uma dose em 28% dos seus 18,7 milhões de habitantes, e a meta é chegar a 80% até junho. Os que já receberam as duas doses do imunizante contra a Covid, por sua vez, correspondem a 13%, de acordo com o Ministério da Saúde local.

No ranking de doses a cada 100 habitantes, o Chile

(42/100) é o quarto país do mundo que mais vacinou, de acordo com dados compilados pelo jornal americano The New York Times, atrás apenas de Israel (108/100), Seychelles (93/100) e Emirados Árabes Unidos (71/100).

Para comparação, o Brasil apresenta, neste momento, 6,1 doses a cada 100 habitantes.

“O que explica a celeridade é um conjunto de fatores”, explica Miguel O’Ryan, infectologista do Instituto Biomédico da Universidad de Chile. “Em primeiro lugar, foram feitos contatos muito antecipados com os fabricantes de vacinas, já em maio do ano passado, e o governo apostou em mais de um imunizante.

A ideia foi fechar contratos com várias empresas, para não ficar refém da capacidade de produção de apenas um laboratório ou correr o risco de a vacina escolhida ter problemas.”

O cenário descrito por O’Ryan aconteceu na Argentina, que a princípio fechou contrato apenas para receber a russa Sputnik V. A fornecedora, no entanto, não vem entregando a quantidade de doses estipulada no acordo, o que obrigou o governo a sair, atrasado, em busca de outras vacinas, como as fabricadas pela britânica AstraZeneca em conjunto com a Universidade Oxford e a chinesa Sinopharm.

Sylvia Colombo/Folhapress

Nasa completa teste de foguete que pode levar humanos de volta à Lua



A Nasa finalizou nesta quinta-feira (18) um teste de oito minutos dos motores de um foguete construído pela Boeing para as missões Artemis, que têm o objetivo de levar de volta astronautas à Lua até 2024, mais de meio século depois da última caminhada lunar.

A Nasa conduziu teste de fogo e calor do núcleo do foguete Sistema de Lançamento Espacial (SLS, na sigla em inglês) para simular um lançamento e disparar os motores enquanto o veículo estava ancorado em

Em Portugal, quem recusar vacina da AstraZeneca vai para o fim da fila

Prestes a retomar o uso da vacina da AstraZeneca, após uma interrupção preventiva seguida por vários países europeus, Portugal vai mandar para o fim da lista aqueles que se recusarem a receber o imunizante da farmacêutica.

Ao invés de receber uma dose produzida por outro fabricante (Pfizer ou Moderna, que também são usadas no país), quem não quiser a vacina da AstraZeneca perderá o lugar na fila de vacinação e terá de esperar por uma nova oportunidade.

De acordo com profissionais de saúde, a rejeição às doses da AstraZeneca aumentou nas últimas semanas, após a polêmica investigação de possíveis efeitos colaterais após a aplicação.

“Já houve rejeições [à vacina da AstraZeneca] antes e agora deverá haver mais. Mas recusar é impossível à partida. A orientação é: o paciente não escolhe a vacina. Não podemos eliminar a pessoa da lista, o que dizemos é que vai ter que esperar, correndo o risco de não ser vacinada”, diz o presidente da Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar, Diogo Urjais, citado pelo jornal Público.

O coordenador da força-tarefa de vacinação em Portugal, vice-almirante Henrique Gouveia e Melo, também ressaltou a impossibilidade de escolha da “marca” da vacina.

“O princípio no processo de vacinação é a não escolha da vacina, porque as vacinas aprovadas são igualmente boas e seguras”, afirmou.

Giuliana Miranda/Folhapress



uma torre no Centro Espacial Stennis, no Estado norte-americano do Mississippi.

Os quatro motores RS-25 rugiram e se acenderam pelo tempo de duração do teste e preencheram os arredores e o céu com nuvens de fumaça branca. Depois que os motores foram desligados, foi possível escutar os funcionários da Nasa aplaudindo na transmissão ao vivo em vídeo.

Um teste anterior em janeiro foi encerrado após cerca de um minuto - tempo muito inferior aos quatro minutos necessários para que os

engenheiros coletassem dados suficientes.

A Nasa almeja levar novamente os astronautas norte-americanos até a Lua até 2024, mas o programa SLS está três anos atrasado e com o orçamento estourado em quase 3 bilhões de dólares. O último astronauta a caminhar na Lua foi Eugene Cernan, em dezembro de 1972.

O Sistema de Lançamento Espacial deve ir agora ao Centro Espacial Kennedy, na Flórida, para integração com a espaçonave Orion, da Lockheed Martin Corp.

Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

BC não considera riscos da alta de juros na nova crise da Covid e divide economistas



O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central surpreendeu o mercado ao elevar a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, a 2,75% ao ano, patamar considerado agressivo por alguns especialistas. O comunicado da decisão, divulgado na quarta-feira (17), minimizou o risco do agravamento recente da pandemia de Covid-19 na atividade econômica e dividiu analistas.

Antes da reunião, era praticamente consenso no mercado que o BC elevaria os juros em 0,5 ponto percentual.

O Copom afirmou que indicadores recentes como a divulgação do PIB (Produto Interno Bruto) do quarto tri-

mestre “continuaram indicando recuperação consistente da economia”.

O texto reconhece que o cenário analisado pela autoridade monetária ainda não reflete o avanço recente da pandemia e menciona incertezas sobre o crescimento no primeiro e no segundo trimestres.

A avaliação dividiu analistas consultados pela Folha. Parte enxergou como exagerada a alta de 0,75 ponto percentual diante da iminente queda da atividade com as novas medidas de restrição. Outros economistas, no entanto, consideraram a decisão adequada em meio à escalada de preços.

O economista-chefe da consultoria Análise Econômica, André Galhardo, ressaltou que o BC não considerou

o encerramento do auxílio emergencial e justificou a decisão em dados de atividade econômica anteriores ao agravamento da pandemia.

“Fazer essa leitura olhando para trás é problemático. No comunicado não levaram em consideração o encerramento do auxílio emergencial e que a pandemia ficou muito pior especialmente a partir do fim de fevereiro. Essas questões deveriam ser melhor exploradas no texto”, considera.

Para ele, o comunicado foi contraditório ao dizer que o choque de preços é temporário e ao mesmo tempo aumentar em 0,75 ponto percentual a taxa Selic, patamar que considerou superior ao necessário, como resposta à inflação.

Larissa Garcia/Folhapress

Dívidas com fundos constitucionais já podem ser renegociadas



O governo federal estabeleceu as regras para que empresas que tomaram empréstimos dos fundos constitucionais possam renegociar suas dívidas.

A portaria dos ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Economia foi publicada sexta (19) no Diário Oficial da União.

De acordo com o MDR, os fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) registram mais de R\$ 10,6 bilhões em dívidas de cerca de 500 mil pessoas físicas e jurídicas.

Aproximadamente 98% dos débitos são de até R\$ 100 mil, ou seja, de pequenos devedores. A criação dos fundos

Comércio diz que vendas caíram em março e pede mais ajuda do governo

A ACSP (Associação Comercial de São Paulo) divulga nesta sexta-feira (19) um levantamento sobre a queda nas vendas de lojas físicas após as novas medidas de restrição de circulação para tentar frear o estado atual da pandemia.

A entidade, que pede mais medidas de apoio do governo aos comerciantes, diz que, em março, as vendas foram quase 19% menores do que em fevereiro.

O desempenho piorou no período de 6 a 15 de março, chegando a menos 30,5% em relação à semana anterior. Quando a comparação é feita com o mesmo período do ano passado, o tombo também

fica em torno de 30%, segundo a entidade.

Os dados não incluem as vendas pela internet.

“Esses índices mostram que os comerciantes no geral foram fortemente afetados pelas restrições, o que coloca em risco a sobrevivência de muitas empresas”, diz o economista da ACSP, Marcel Solimeo.

Na segunda-feira (15), quando começou a fase emergencial, a associação disse ao Painel S.A. que concorda com a necessidade das restrições para conter o vírus e que não tentaria negociar a reabertura, mas que a ajuda oferecida tem sido insuficiente para suportar os pequenos negócios.

Folhapress



está prevista no artigo 159 da Constituição Federal para apoiar programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A expectativa do governo é atingir, no mínimo, 10% das carteiras do FNO, FNE e FCO provisionadas (reserva para o caso de inadimplência) ou em prejuízo, com a recuperação de cerca de 30 mil contratos.

Podem ser renegociadas operações cuja contratação original tenha ocorrido há, no mínimo, sete anos, ou 10 anos contados da última renegociação, e que tenham pagamentos integralmente provisionados há, pelo menos, um ano ou lançadas totalmente em prejuízo nas demonstra-

ções financeiras dos fundos constitucionais. O prazo de quitação será de até 120 meses, com descontos de até 70% do valor total dos créditos a serem renegociados e atualização da dívida pelo encargo previsto no último acordo contratual.

Em comunicado, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, observou que muitas empresas que se utilizaram de recursos desses fundos há vários anos fizeram a contratação sob condições financeiras bem mais rigorosas do que as atuais e vêm sofrendo com “a longa recessão que o país e o mundo vivem nos últimos anos”.

Andreia Verdélio/ABR

Política

Promotoria do DF recomenda que policiais não prendam mais manifestantes com uso de lei da ditadura



O Ministério Público do Distrito Federal enviou recomendação ao governador Ibaneis Rocha (MDB-DF) e ao comandante-geral da Polícia Militar do estado para que as forças de segurança não mais prendam mais em flagrante manifestantes pacíficos com base na Lei de Segurança Nacional.

O Painel mostrou nesta quinta-feira (18) que cinco manifestantes foram presos pela Polícia Militar em Brasília após tentarem estender uma faixa com os dizeres “Bolsonaro genocida”.

Em nota, a PM disse que os prendeu “por infringir a Lei de Segurança Nacional

ao divulgar a cruz suástica associando o símbolo ao Presidente da República”.

A suástica presente na faixa tomava como base a charge de Renato Aroeira que fez com que ele se tornasse alvo de pedido de inquérito do ministro da Justiça, André Mendonça.

Trata-se, na verdade, de uma cruz vermelha rasurada por uma figura que representa Bolsonaro, transformando-a numa suástica -em uma associação crítica do presidente ao nazismo, contrariamente a uma possível “apologia ao nazismo”.

Encaminhados para a sede da Polícia Federal, os manifestantes foram libera-

dos após o delegado não enxergar crime.

O promotor Flávio Augusto Milhomem foi quem assinou o ofício enviado nesta sexta-feira (19).

Nele, Milhomem recomenda que Ibaneis e comandante-geral da PM determinem “às forças de segurança pública que se abstenham de prender em flagrante manifestantes pacíficos sob o fundamento da violação à Lei de Segurança Nacional” e que comuniquem ao diretor da Polícia Federal a suspeita de prática de crimes contra a ordem política e social como alternativa às prisões em flagrante.

Camila Mattoso/Folhapress

Governo veta lei que dá a estudantes acesso gratuito à internet



O presidente Jair Bolsonaro vetou, integralmente, o Projeto de Lei nº 3.477/20, que prevê o acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da rede pública de educação. O texto, aprovado em fevereiro pelo Congresso, define que o governo federal destine recursos para estados e municípios aplicarem em ações que garantam internet gratuita, em razão da adoção do ensino remoto durante a pandemia de covid-19.

Em mensagem aos parlamentares, publicada hoje (19) no Diário Oficial da União, Bolsonaro diz que a medida é inconstitucional e contraria o

Suplente de Major Olímpio no Senado, Alexandre Giordano foi pivô de crise no Paraguai

Com a morte do senador Major Olímpio (PSL-SP) causada pela Covid-19, seu primeiro suplente, o empresário Alexandre Luiz Giordano (PSL-SP), 47, assumirá a cadeira no Senado. O segundo suplente na chapa é Marcos Pontes, atual ministro da Ciência e Tecnologia.

Giordano se tornou conhecido por ter sido personagem de uma crise política no Paraguai envolvendo a usina hidrelétrica binacional de Itaipu em 2019.

A crise eclodiu no fim de julho daquele ano, quando foram revelados os termos do novo acordo entre Brasil e Paraguai para a compra de energia de Itaipu. Um dos participantes nas negociações foi Giordano, que, segundo as investigações, usou o nome da família do presidente Jair Bolsonaro para se credenciar.

Pela revisão acertada en-

tre Assunção e Brasília, o Paraguai aumentaria seus gastos em mais de US\$ 200 milhões, o que desencadeou questionamentos ao presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, em seu país.

Mensagens reveladas no início de agosto de 2019 pelo jornal paraguaio ABC Color mostraram que o presidente do Paraguai sabia dos termos prejudiciais do acordo, e essa teria sido uma das razões pelas quais o documento não foi tornado público até o final de julho.

Após ameaças de impeachment, o acordo acabou cancelado. Mas o trato começou a ser investigado por autoridades, o que levou a mensagens trocadas entre o ex-presidente da Ande (estatal elétrica paraguaia) Pedro Ferreira e o advogado José Rodríguez, que se apresentava como assessor jurídico do vice paraguaio.

Folhapress



interesse público ao aumentar a “alta rigidez do Orçamento, o que dificulta o cumprimento da meta fiscal e da Regra de Ouro”. Além disso, contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois o texto não apresenta a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro.

“Por fim, o governo federal está empregando esforços para aprimorar e ampliar programas específicos para atender à demanda da sociedade, por meio da contratação de serviços de acesso à internet em banda larga nas escolas públicas de educação básica, a exemplo do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), instituído pelo

Decreto nº 9.204, de 2017, e do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), bem como do Programa Brasil de Aprendizagem, em fase de elaboração no Ministério da Educação”, diz a mensagem.

Além da internet, a proposta prevê a aquisição de tablets para todos os estudantes do ensino médio da rede pública vinculados ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), tomando como referência o preço de R\$ 520 por equipamento.

De acordo com o texto, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro da proposta é de R\$ 26,6 bilhões.

Andreia Verdellio/ABR

Attend Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 13.039.389/0001-20

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	
Ativo	Notas	2020	2019	Notas	2020	2019	Fluxos de caixa das atividades operacionais
Circulante		9.260	10.384	Receita operacional líquida	22	43.978	Resultado antes do IRPJ e da CSLL
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.009	1.449	Custos dos serviços prestados	23	(21.855)	5.059 (14.708)
Contas a receber de clientes	9	6.864	7.145	Lucro bruto		22.123	Ajuste para conciliar o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:
Despesas antecipadas		70	151	Despesas gerais e administrativas	23	(11.514)	Depreciações e amortizações
Impostos a recuperar	12	80	1.286	Despesas comerciais	23	(9)	3.920 3.291
Outras contas a receber		237	353	Provisão para perdas esperadas do contas a receber	23	(193)	Atualização monetária e encargos sobre empréstimos e financiamentos
				Outras receitas	23	1.288	5.805 23.116
				Outras despesas	23	(1)	Atualização monetária e encargos sobre empréstimos de mútuo
Não circulante		71.839	63.880	Total despesas operacionais	(10.429)	(10.580)	Provisões (reversões) para perdas esperadas do contas a receber
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.115	4.036	Lucro antes do resultado financeiro e impostos		11.694	Provisões para demandas judiciais e administrativas
Depósitos e cauções	11	278	58	Receitas financeiras	24	432	Resultado na alienação de imobilizado e intangível
Impostos diferidos	25	8.304	1.061	Despesas financeiras	24	(7.067)	Varição cambial
Despesas antecipadas		6	-	Resultado financeiro		6.635	Perda (ganho) com instrumentos derivativos
Direito de uso de arrendamento	13	5.373	5.091	Resultado antes do IRPJ e CSLL		5.059	Apropriação de juros sobre arrendamento
Imobilizado	12	53.727	53.610	IRPJ e CSLL correntes	25	(962)	Varição nos ativos e passivos
Intangível		36	24	IRPJ e CSLL diferidos	25	7.244	Contas a receber de clientes
Total do ativo		81.099	74.264	Lucro (prejuízo) do exercício		11.341	Impostos a recuperar
				Lucro (prejuízo) por ação		0,30	Créditos diversos
				- Básico e diluído		0,47	Despesas antecipadas
							Forneceadores
							Obrigações trabalhistas
							Obrigações tributárias
							Outras contas a pagar
							Depósitos e cauções
							Caixa gerado pela atividades operacionais
							Imposto de renda e contribuição social pagos
							Liquidação de debêntures juros
							Liquidação de empréstimos juros
							Pagamentos de juros de arrendamento
							Caixa líquido proveniente das atividades operacionais
							Fluxos de caixa das atividades de investimento
							Aquisição de imobilizado
							Aquisição de intangível
							Venda de imobilizado
							Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento
							Fluxos de caixa das atividades de financiamento
							Captação de recursos na emissão de debêntures
							Liquidação de debêntures
							Desdobro de custos de transação debêntures
							Liquidação de empréstimos principal
							Desdobro de custos de transação empréstimos
							Aplicações financeiras
							Instrumentos financeiros derivativos
							Depósitos e cauções
							Pagamentos de principal do arrendamento
							Caixa utilizado nas atividades de financiamento
							Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa
							Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício
							Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

1. Contexto operacional: A Attend Ambiental S.A. ("Companhia" ou "Attend"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na avenida Pirarucu, nº 3.889 - bloco I - Nova Aldeinha, Barueri - SP, foi constituída em 3 de novembro de 2010, tendo como objetivo social a prestação de serviços de pré-tratamento de efluentes líquidos (não domésticos) e condicionamento de todo, em estação implantada e operando na região metropolitana da capital do estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e criação de infraestrutura semelhante em outros locais no Brasil e no exterior. O pré-tratamento de efluentes consiste em processos específicos para cada tipo de efluente, definidos em função de suas origens e características físico-químicas. A Attend possui as seguintes linhas de tratamento e seus respectivos efluentes tóxicos: **Linha verde** - Chorume de aterros sanitários; **Linha marrom** - Fossa séptica, caixa de gordura, banheiro químico e outros efluentes não perigosos; **Linha amarela** - Efluentes com metais pesados, substâncias ácidas e alcalinas provenientes de indústrias metal-mecânicas e de galvanoplastia, entre outras; **Linha cinza** - Efluentes contaminados com óleo, emulsões oleosas, borras oleosas de indústrias químicas, petroquímicas e de acabamento de metais, entre outras; **Linha azul** - Efluentes orgânicos voláteis e produtos biodegradáveis, como substâncias fenólicas, corantes e solventes provenientes das indústrias têxtil, farmacêutica e química, entre outras; **Linha vermelha** - Lamas bentônicas e lodos de ETE, provenientes de perfuração de poços, escavação e estação de tratamento de efluentes, entre outras. **Operações:** Os efluentes industriais, tidos como uma fonte poluidora deve obedecer a uma série de condições, inclusive o fiel cumprimento ao art. 19-A do Decreto nº 8.468/76 do Estado de São Paulo, o qual estabelece alguns critérios, tais como adequação do PH entre 6 e 10, temperatura inferior a 40° C etc. De acordo com as normas de proteção ambiental, tal como a Constituição Federal em seu art. 225, Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de crimes ambientais") e Lei Federal nº 6.938/81, a obrigação de pré-tratamento desses efluentes líquidos industriais (não domésticos) é de responsabilidade das próprias indústrias, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal, dado que pode conter produtos nocivos ao meio ambiente e à saúde humana. Em virtude da necessidade do cumprimento dessas obrigações, a criação de uma estação de efluentes líquidas pode ser feita por qualquer entidade, já que, como consta da própria deliberação ARSESP nº 106/09, os efluentes devem ser tratados pelo próprio gerador dos resíduos, sendo este responsável por arcar com os respectivos custos de pré-tratamento. Desta forma, a Companhia não depende de concessão, autorização ou permissão do poder público para a pre O término da primeira fase da estação de tratamento de efluentes não domésticos, composto pelas linhas verde e marrom, ocorreu no primeiro trimestre do exercício de 2015, com capacidade para tratar um volume de 6.480 m³/dia e 4.800 m³/dia, respectivamente, dando início às operações/atividades da Companhia. Mais recentemente, em abril de 2019, a segunda fase foi concluída, adicionando à estação de tratamento mais quatro linhas e uma capacidade adicional de 1.080 m³/dia. A operação da segunda fase foi iniciada em janeiro de 2019, com relação à linha amarela, e em abril de 2019 as demais linhas. **B. Cessão de ações e transferência de controle:** Em 21 de dezembro de 2017, a antiga acionista da Companhia, Estre Ambiental S.A. ("Estre"), concluiu o Business Agreement com a Boulevard Acquisition Corp. II, pelo qual, dentre outras operações, foi realizada uma reestruturação societária de forma que a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela Estre seriam transferidas para a Latte Saneamento e Participações S.A. ("Latte") assim que atendidas uma série de condições. Tais condições foram atendidas em dezembro de 2018, e no dia 28 do mesmo mês, a totalidade das ações da Companhia foram formalmente transferidas à Latte. Com a conclusão da cessão de ações se deu também a transferência de controle e os mesmos acionistas da Estre se tornaram acionistas da Latte. **C. Reestruturação de dívida:** Com a conclusão da reestruturação de dívidas com terceiros mediante a emissão de debêntures no exercício de 2019, a Companhia conseguiu reduzir substancialmente seus encargos financeiros e gerar lucro no exercício de 2020. Alçado a isso, o aumento da capacidade de geração de receita decorrente de recente ampliação da planta; a assinatura de novos contratos firmados com clientes; e demais ações previstas no seu plano de negócios, garantirá a geração de recursos suficientes para que a Companhia consiga honrar com todos os compromissos assumidos. **d. Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos:** Em 31 de janeiro de 2019, o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da 59a fase Lava Jato, pediu à Justiça do Paraná a prisão preventiva do acionista da Estre Ambiental Sr. Wilson Quintella Filho, do responsável pelo escritório de advocacia envolvido em esquema fraudulento, o Sr. Mauro de Moraes e do ex-executivo do Grupo Estre Antônio Kanji. As investigações tiveram como ponto de partida declarações do ex-presidente da Transpetro, por meio de acordo de colaboração com o Ministério Público Federal. O aprofundamento das investigações revelou que propinas foram pagas por acionista da Estre Ambiental S.A. em espécie ao ex-presidente da Transpetro e seus emissários, mediante sucessivas operações de lavagem de capitais com envolvimento do escritório de advocacia Mauro de Moraes Sociedade de Advogados. A Latte Saneamento e Participações S.A., e suas investidas, conduziram ações investigativas executadas por especialistas independentes contratados. O propósito dessa investigação foi o de apurar eventuais atos ilícitos no âmbito da 59a fase da operação Lava Jato conduzida pelo Ministério Público, bem como reportar para a Governança da Companhia sobre o benefício de empresas prestadoras de serviços mantidas com a Transpetro por meio de licitações públicas e mediante pagamento de propinas a executivos da Transpetro. As investigações dos especialistas independentes na Companhia foram concluídas em abril de 2019 e nas demais empresas do Grupo em 26 de novembro de 2019 e não identificaram indícios de atos legais associados a esse assunto. As investigações do Ministério Público, por sua vez, continuam em curso. Não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia. Nenhum efeito desse assunto foi reconhecido nessas demonstrações financeiras. A Companhia e seus executivos não foram citados nas denúncias. A administração da Companhia afirma que não tem envolvimento nas operações conduzidas pela Polícia Federal mencionada acima. Até a presente data, a Companhia e seus executivos não receberam notificações ou fiscalizações do Ministério Público para esclarecimentos. **e. COVID-19:** De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo coronavírus ("COVID-19"). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil. A partir do referido Decreto, paralisações de eventuais atividades não essenciais, decorrentes das medidas de distanciamento social, foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Adicionalmente, a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, estabeleceu as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, e definiu as regras para o teletrabalho, concessão e antecipação de férias coletivas e individuais, aproveitamento à antecipação de feriados, constituição de regime de compensação por meio de banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança do trabalho, direcionamento do trabalhador para qualificação e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Estas medidas impactaram diversos segmentos da economia nacional, mas não houve impactos significativos nos resultados econômicos ou financeiros da Companhia em 2020, pois

observou-se uma pequena queda nas linhas verde e marrom compensada pelo funcionamento a 100% das novas linhas. Abaixo segue a performance financeira por linha de tratamento de efluentes:

	2020	2019	Varição %
Linha verde	30.609	32.720	-0,06
Linha marrom	12.854	14.919	-14,14
Linha amarela	2.890	1.291	1,24
Linha cinza	2.438	949	1,57
Linha vermelha	357	199	0,79
Linha azul	31	16	0,93
Outras	373	370	0,66
Total	49.552	50.464	

Em frente aos desafios que a pandemia da COVID-19 impôs a todos, a Attend estabeleceu o compromisso de, junto com colaboradores, parceiros e clientes, enfrentar e trabalhar para ser parte da solução, com foco em manter as operações com o mínimo de impacto nos clientes, promover o bem-estar dos colaboradores e contribuir para minimizar os riscos para a comunidade. A Attend estabeleceu planos de contingência baseados nas regras da Prefeitura de Barueri e do Governo de São Paulo, a fim de garantir a proteção dos profissionais e evitar a propagação da doença. Adicionalmente, a área de segurança do trabalho instituiu procedimento de reuniões periódicas para monitoramento dos assuntos relacionados à COVID-19 e, através do departamento, adotou diretrizes que são repassadas nos temas a seguir: **(i) Cuidado com os colaboradores:** Em consonância com as medidas governamentais e a Medida Provisória nº 927, a Administração adotou políticas e ações que protejam seus colaboradores da disseminação do vírus, tais como: **• Home office** para parte dos colaboradores, inclusive para as pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco. **• Horários flexíveis** de entrada e saída do escritório. **• Introdução** de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais. **• Checagem** de temperatura dos colaboradores e testes ambulatórios quando necessário. **(ii) Impactos econômico-financeiros:** A Attend mantém um volume de caixa jugado suficiente pela Administração para suportar as necessidades operacionais, condição que, em seu entendimento da Administração, garante fôlego para suportar os impactos de queda na projeção de faturamento. Ainda assim, os principais impactos econômicos e financeiros são diariamente monitorados e suportados pelos seguintes fatores: **• Gestão da hídridez financeira:** em novembro de 2019, a Companhia captou R\$ 55 milhões através das debêntures, dos quais parte substancial ainda se encontra em caixa no início da pandemia. Adicionalmente, implementou as seguintes medidas para a preservação de caixa e liquidez: **• Aproveitamento** dos créditos fiscais; **• Renegociação** com alguns fornecedores; **• Redução** total dos investimentos; **• Redução** do quadro de funcionários. Análise de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros, que, até 31 de dezembro de 2020, não foram identificados indicativos que justificassem a aplicação de testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia. De acordo com o entendimento da administração da Companhia, os recursos disponíveis em caixa de aproximadamente R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2020, em conjunto com as estimativas de geração futura de caixa operacional, permite, mesmo em cenário de stress, suportar suas obrigações de curto prazo. **• Equilíbrio econômico dos contratos** - Parte relevante dos serviços da Companhia é considerada essencial pelos clientes, entretanto, em consonância com as atividades e diretrizes destes, e obediência às determinações de órgãos públicos e governos quanto ao fechamento de operações, a Companhia vem mantendo em funcionamento as suas atividades em Barueri. Nesta situação, alguns clientes reduziram ou pararam as suas operações, outros necessitam contratar serviços adicionais. Com vista à preservação das margens da Companhia, foram estabelecidas medidas para monitoramento dos impactos operacionais em cada contrato, viabilizando com a devida urgência o ajuste de equipes e custos em frente à eventual redução ou incremento de escopo. As seguintes medidas foram adotadas: **• Reunião** semanal com todos os diretores para monitoramento das demandas de revisão dos contratos/clientes. **• Aplicação** de estratégias operacionais de gestão de efetivo que permitem o ajuste adequado de custo nos contratos (férias, suspensão, redução de jornada ou desligamento). **• Redução** de custos com pessoal e encargos das áreas administrativas na ordem de R\$ 500 mil para o segundo semestre de 2020, em bases recorrentes. **• Negociação** com fornecedores (em custos e prazos), cujo objetivo primordial é a manutenção das margens. A Companhia entende que esse conjunto de medidas preserva a sua atual carteira de clientes e mantém sua estrutura de custos num patamar necessário para preservação das margens, garantindo assim a continuidade de suas operações com o menor impacto possível durante o período de pandemia. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tiveram sua emissão aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2021. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativa e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Notas explicativas 6.m e 18 - Arrendamento** - Determinação se um contrato contém arrendamento. **f. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Notas explicativas 6.e e 13 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado** - definição de vida útil e valores residuais; e **• Notas explicativas 6.k e 25 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em dile-

Demonstrações dos Resultados abrangentes

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) do exercício	11.341	(17.815)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	11.341	(17.815)

rentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros.**

5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais: **• Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. 6. Resumo das principais práticas contábeis:**

a. Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por recursos em contas bancárias de livre movimentação considerada de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, assim como por aplicações financeiras de curto prazo, que são avaliadas ao custo, acrescido de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício. **c. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d. Reconhecimento de receita:** De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando a Companhia recebe a obrigação de desempenho estabelecida no contrato com o cliente. O cumprimento da obrigação se dá quando a entrega dos serviços de tratamento de efluentes líquidos aos clientes. Portanto, a Companhia reconhece a receita de serviços em um momento específico do tempo que é quando os serviços são concluídos e os efluentes devidamente tratados. Após o tratamento, o líquido vai para a SABESP e o sólido para o aterro sanitário de terceiros. A política comercial geral da Companhia prevê alterações de preço por quantidade e tipo de efluentes tratados. Clientes possuem preço variável, dependendo do volume descartado no mês. No âmbito geral, quanto maior o "volume mínimo" acordado, menor será o preço unitário (tonelada) do tratamento. Adicionalmente, nos contratos firmados com seus clientes não há impacto relativo à contraprestação variável. Nos contratos com seus clientes não há requerimentos de que a Companhia deve efetuar pagamentos, tais como: (i) bonificação ou crédito em conta por atingimento de campanhas de vendas com quantidade escalonada e (ii) ressarcimento à cliente por redução no preço praticado. **e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados, enquanto estiver em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados durante o período em que as atividades relacionadas à construção estiverem sendo executadas. **(ii) Custos subsequentes:** Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido dos seus valores residuais quando estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, de balanço e os valores residuais são revisados a cada data de avaliação e ajustados caso seja apropriado. **f. Intangível: (i) Reconhecimento e mensuração:** Os intangíveis são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos que se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. **g. Instrumentos financeiros não derivativos: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** **• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **• Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos *financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e

benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos) não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem, na atualidade um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **h. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de opções de compra, para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é contabilizado com base na posição MTM (*market to market*), ou seja, valor de mercado na data base, de cada operação contratada e nas respectivas datas de encerramento mensal informada pela instituição financeira envolvida. Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração do resultado. **i. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e impostos correntes:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **k. Imposto de renda e contribuição social - diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidos como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **l. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante de pagamento esperado caso a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **m. Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a representação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. **(i) Como arrendatária:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, como por exemplo, equipamentos de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06). As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência

>>>Continuação...

• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15) • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

8 Caixa e equivalentes de caixa	2020	2019
Caixa e bancos	634	407
Aplicações financeiras	1.375	1.042
Total	2.009	1.449

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Estão representados por aplicações financeiras realizadas automaticamente pelos bancos, são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas à variação de aproximadamente 2% do DI a.a. dependendo do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados. (Em 2019, 2,30% a.a.). A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 26.

9. Contas a receber de clientes	2020	2019
Serviços faturados de clientes - terceiros	5.975	6.268
Serviços faturados de clientes - partes relacionadas (ver nota 15)	1.086	1.048
Provisão para perdas esperadas	(197)	(171)
Total	6.864	7.145

A classificação por idade de vencimento pode ser assim apresentada:

	2020	2019
A vencer	6.553	6.133
Vencidos até 30 dias	139	764
Vencidos de 31 a 60 dias	4	123
Vencidos de 61 a 90 dias	1	127
Vencidos de 91 a 180 dias	329	8
Vencidos de 181 a 360 dias	34	157
Vencidos acima de 361 dias	1	4
Total	7.061	7.316

A movimentação da provisão para perdas esperadas de clientes pode ser assim apresentada:

	2020	2019
Saldo inicial	171	123
(-) Reversões	(163)	(123)
(-) Perdas realizadas	(12)	-
(+) Complementos	201	171
Saldo final	197	171

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia é objeto do contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios oriundo da emissão das debêntures (ver nota explicativa nº 19). **10. Aplicações financeiras vinculadas:** Conforme cláusula de garantia 6.1.3 do Instrumento Particular de Escritura e Contrato de Cessão Fiduciária, a Companhia deverá manter em conta vinculada até a data da liquidação integral das debêntures, o valor correspondente a: (i) R\$4.000 ou (ii) 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures, dos dois valores o menor como reserva de segurança. ("Reserva de Caixa").

	2020	2019
Saldo inicial	4.036	-
Aplicação	-	4.000
(-) Retenção IR Lei 10892	(15)	-
(+) Rendimento líquido	94	36
Saldo final	4.115	4.036

A aplicação financeira denominada ITAÚ TOP RF REFERENCIAL DO DI FICFI cujo retorno é compatível ao CDI por meio de investimento em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco de crédito. A taxa de rendimento do fundo no último mês foi de 0,16% e 2,35% no acumulado dos últimos 12 meses (Em 2019 5,58% a.a.).

11. Depósitos e cauções	2020	2019
Depósitos judiciais	278	58
Circulante	-	-
Não circulante	278	58

A Companhia foi incluída no polo passivo de processos trabalhistas devido compor grupo empresarial com a Estre Ambiental S/A.

12. Imobilizado	Custo	Depre-	2020	2019
	de depre-	ciacão	Líquido	Líquido
	ciação %	ação		

Máquinas e equipamentos	10	3.974	(989)	2.985	3.202
Computadores e periféricos	20	359	(263)	96	121
Móveis e utensílios	10	685	(256)	429	449
Instalações	10	921	(299)	622	707
Instalação - Fábrica	10	77	(28)	49	56
Ferramentas	10	9	(4)	5	6
Aparelhos e acessórios	10	10	(8)	2	3
Benefitórias em imóveis de terceiros	4	73.419	(23.880)	49.539	49.066
Total		79.454	(25.727)	53.727	53.610

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

	2019	Adições	Baixas	2020
Máquinas e equipamentos	3.799	175	-	3.974
Computadores e periféricos	329	30	-	359
Móveis e utensílios	639	48	(2)	685
Instalações	913	8	-	921
Instalação - Fábrica	77	-	-	77
Ferramentas	9	-	-	9
Aparelhos e acessórios	10	-	-	10
Benefitórias em imóveis de terceiros (i)	70.011	3.408	-	73.419
Total	75.787	3.669	(2)	79.454

Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos (597) (392) - (989)
Computadores e periféricos (208) (55) - (263)
Móveis e utensílios (190) (67) 1 (256)
Instalações (206) (92) - (298)
Instalação - Fábrica (21) (8) - (29)
Ferramentas (3) (1) - (4)
Aparelhos e acessórios (7) (1) - (8)
Benefitórias em imóveis de terceiros (20.945) (2.935) - (23.880)
Total (22.177) (3.551) 1 (25.727)

Movimentação do imobilizado líquido geral no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

	2019	Adições	Baixas	2020
Total Imobilizado líquido	53.610	118	(1)	(53.727)

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi a seguinte:

	2018	Adições	Baixas	2019
Máquinas e equipamentos	1.675	106	-	2.018
Computadores e periféricos	290	40	-	329
Móveis e utensílios	541	98	-	639
Instalações	844	70	(1)	913
Instalação - Fábrica	77	-	-	77
Ferramentas	9	-	-	9
Aparelhos e acessórios	10	-	-	10
Benefitórias em imóveis de terceiros	47.794	2.628	-	50.422
Projeto CPTE (em andamento)	16.231	896	-	17.127
Capitalização de encargos sobre construção	3.927	552	-	4.479
Total	71.398	4.390	(1)	75.787

Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos (260) (337) - (597)
Computadores e periféricos (159) (49) - (208)
Móveis e utensílios (132) (58) - (190)
Instalações (120) (87) 1 (206)
Instalação - Fábrica (13) (8) - (21)
Ferramentas (2) (1) - (3)
Aparelhos e acessórios (6) (1) - (7)
Benefitórias em imóveis de terceiros (18.337) (2.608) - (20.945)
Total (19.029) (3.149) 1 - (22.177)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia ativos imobilizados dados em garantias de dívidas.

13. Direito de uso: A Companhia adotou a transição da norma CPC 06 (R2), reconhecendo um ativo de direito de uso a partir de 1º de janeiro de 2019. O reconhecimento deu-se de forma retrospectiva modificada, em que não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Sendo essas as primeiras demonstrações com representação comparativa.

13. Debêntures	2020	2019
Debêntures	52.712	55.842
(-) Custos de captação	(3.034)	(3.563)
Total	49.678	52.279

Circulante
Não circulante

Taxa anual	Custo de	Amor-	2020	2019
de amor-	de aquisição	tização	Líquido	Líquido
ização %	Líquido	acumu-		

- Imóveis	4	5.820	(447)	5.373	5.091
Total		5.820	(447)	5.373	5.091

A movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Direito de uso	2019	Adições	Baixas	2020
Imóveis	5.182	638	-	5.820
Total	5.182	638	-	5.820

Amortização acumulada
Imóveis (91) (356) - (447)
Total (91) (356) - (447)
Direito de uso líquido 5.091 282 - 5.373

15. Transações com partes relacionadas: **15.1 Saldos patrimoniais e transações comerciais em 31 de dezembro de 2020**

Contas a receber	Fornecedores	Arrendamento	Outras contas
Nota 9	Nota 14	a pagar	a pagar

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	506	657	5.739	123	5.789	(3.216)	(853)
Estre Ambiental S.A.	320	12	-	-	1.131	(105)	-
Resicontrol Serviços Ltda.	222	-	-	-	536	-	-
Centro de Tratamento de Resíduos de Itaboraí Ltda.	30	-	-	-	528	-	-
Terrestre Ambiental Ltda.	1	-	-	-	636	(107)	-
Cavo Serviços e Saneamento S.A.	-	7	-	-	-	-	-
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	7	-	-	-	81	-	-
Total	1.086	676	5.739	123	8.701	(3.428)	(853)

15.2 Saldos patrimoniais e transações comerciais em 31 de dezembro de 2019

Contas a receber	Fornecedores	Arrendamento	Outras contas
Nota 9	Nota 14	a pagar	a pagar

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	330	680	5.091	6.001	(3.347)	(756)
Estre Ambiental S.A.	522	10	-	1.489	(137)	-
Resicontrol Serviços Ltda.	-	-	-	5	-	-
Centro de Tratamento de Resíduos de Itaboraí Ltda.	121	-	-	651	-	-
Terrestre Ambiental Ltda.	67	-	-	1.203	-	-
Cavo Serviços e Saneamento S.A.	-	-	-	-	(171)	-
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	8	-	-	38	-	-
Latte Saneamento de Participações S/A	-	-	-	-	-	(269)
Total	1.048	690	5.091	9.387	(3.655)	(1.025)

Os títulos decorrem da Emissão de 5.500 (cinco mil e quinhentas), debêntures simples emitidas, no valor unitário de R\$ 10 cada. Sendo (a) 3.450 integrantes da 1ª série e (b) 2.050 integrantes da 2ª série, R\$ 34.500 e R\$ 20.500 respectivamente, totalizando R\$ 55.000. O valor nominal unitário das debêntures de 1ª série não sofrerá atualização monetária. Sobre o valor nominal ou saldo nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, depositado interfinanceiro de um dia, baseados em 252 dias úteis, acrescidas de 5,5% ao ano base 252 dias úteis, calculadas de forma exponencial e cumulativa, pro-rata temporis, desde a 1ª integralização ou da data do pagamento do primeiro pagamento de remuneração. O pagamento da remuneração da 1ª série será realizado mensalmente, a partir da data de Emissão, sempre no primeiro dia de cada mês, tendo o seu primeiro pagamento realizado em 1º de novembro de 2019. As debêntures de 1ª série possuem seu prazo de vencimento 72 meses a contar da data de emissão vencendo em 1º de outubro de 2025. O valor nominal unitário das debêntures de 2ª série sofrerá atualização monetária pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo, divulgado mensalmente pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, desde a primeira integralização até a data de seu efetivo pagamento. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros de 8,11% ao ano com base em 252 dias úteis. O pagamento da remuneração da 2ª série será realizado semestralmente, a partir da data da Emissão, sempre no dia 15 de cada mês, sendo seu primeiro pagamento em 15 de abril de 2020. As debêntures de 2ª série terão seu prazo de vencimento 84 meses e 15 dias a contar da data de emissão vencendo em 15 de outubro de 2026. O cronograma anual de vencimentos do saldo apresentado pode ser assim demonstrado:

Debêntures de 1ª série	Debêntures de 2ª série	Custos de captação	Total

Até dezembro de 2021	5.462	1.914	(527)	6.849
Até dezembro de 2022	5.745	2.486	(527)	7.704
Até dezembro de 2023	6.371	3.081	(527)	8.925
Até dezembro de 2024	7.144	3.148	(529)	9.763
Até dezembro de 2025	6.673	3.230	(527)	9.376
Até dezembro de 2026	-	7.458	(397)	7.061
Total	31.395	21.317	(3.034)	49.678

A movimentação das debêntures pode ser assim apresentada:

Saldo inicial	2020	2019
Saldo inicial	55.842	-
(+) Captações	-	55.000
(-) Pagamento de principal	(3.909)	-
(-) Pagamento de juros e atualização monetária	(4.497)	(526)
(+) Apropriação de juros e encargos	5.276	1.368
(=) Saldo final	52.712	55.842

Os custos de transação referem-se a serviços necessários para a emissão das debêntures. As naturezas dos serviços são essencialmente: taxas de emissão e registro de títulos, consultoria, honorários advocatícios, publicidade, serviços de intermediação financeira, serviços de controle das garantias, dentre outros. Os custos de transação estão apropriados ao resultado quando incorridos. A movimentação dos custos com emissão de debêntures pode ser assim apresentada:

Saldo inicial	2020	2019
Saldo inicial	3.563	-
(-) Custos de transação	-	(3.693)
(+) Apropriação de encargos	529	130
(=) Saldo final	3.034	3.563

As debêntures possuem como garantias, dentre elas:

• Alienação de garantias reais em favor dos debenturistas; • Alienação Fiduciária de 55% das ações da Companhia; • Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios composto pela totalidade dos direitos creditórios presentes e futuros em nome da Companhia. As debêntures possuem como cláusulas restritivas (covenants), dentre elas: • Manter retido em conta vinculada o valor correspondente a: a) R\$ 4.000 (Quatro milhares de reais) ou b) 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures, dos dois valores o menor (Reserva de Caixa); • Fornecer ao Agente Fiduciário nos prazos acordados cópia das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios contábeis e revisadas por auditoria; • Fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações solicitadas por este para cumprimento de suas obrigações nos termos de Escritura da emissão das debêntures e das instruções da CVM; • Atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476/09; • Operar de acordo com seus documentos societários, leis, regras e regulamentos aplicáveis a condução de seus negócios; • Não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de hedge; • Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das debêntures, as declarações e garantias apresentadas na Escritura, no que for aplicável; • Cuidar para que as operações praticadas no âmbito da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado e com a observação das normas aplicadas à matéria tratando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos e danos que não tenha sido causado por este. **20. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é responsável em processos de natureza trabalhista de suas partes relacionadas. Na constituição das provisões, a Administração considera a opinião dos assessores jurídicos e a natureza das ações e entende que a provisão constituída é a melhor estimativa de desembolso para liquidar as prováveis perdas decorrentes dos respectivos processos:

	2020	2019
Saldo inicial	5.091	5.182
(+) Ajuste de saldo inicial (+) incremento	638	-
(-) Pagamento de principal	(48)	(155)
(-) Pagamento de juros	(670)	(531)
(+) Ajuste de amortização	(63)	63
(+) Apropriação de juros	791	532
Saldo final	5.739	5.091

19. Debêntures
Saldo inicial 340 835
(-) Reversão (243) (495)
(+) Provisões constituídas 203 -
(=) Saldo final 300 340

A Companhia está sujeita a outros processos judiciais, avaliados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível,

A movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi a seguinte:

Direito de uso	2018	01/01/2019	Adições	2019
Imóveis	-	5.182	-	5.182
Total	-	5.182	-	5.182

Amortização acumulada
Imóveis - - (91) (91)
Total - - (91) (91)
Direito de uso líquido - - (91) 5.091

14. Fornecedores	2020	2019
Fornecedores	388	554
Fornecedores - partes relacionadas (nota 15)	676	690
Despesas provisionadas	151	-
Total	1.215	1.244

A distribuição do capital social em ações é composta da seguinte forma:

	2020	2019
--	------	------

Latte Saneamento S.A.	20.722	
-----------------------	--------	--

Publicidade Legal

>>>Continuação...

31/12/2019	Emprestimo e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.449	-	-	1.449
Contas a receber	7.145	-	-	7.145
Instrumentos financeiros	4.036	-	-	4.036
Total	12.630	-	-	12.630
Passivos				
Fornecedores	-	1.244	-	1.244
Outras contas a pagar	-	52.279	-	52.279
Total	-	53.523	-	53.523

Comparação entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros	
Recebíveis	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa	Fornecedores
Contas a receber	Debêntures
Aplicações financeiras	
Total	Total
2.009	1.215
6.864	49.678
4.115	49.678
12.988	50.893

27. Seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros em suas operações.

Natureza

Veículos	680
Responsabilidade civil	20.013
Predial	33.961

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração. **28. Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2020	2019
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)	11.341	(17.815)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	37.677	37.677
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação - R\$	0,30	-0,47

Diretoria

Ricardo Pelucio – Presidente

Sonia Regina Rodrigues – Vice Presidente

Regiane Di Luoffo Oliveira – Gerente Administrativa Financeira

Contador

José Ribamar do Nascimento - CRC 1SP 118814/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Attend Ambiental S.A.** Barueri - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Attend Ambiental S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Attend Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita na prestação de serviços de tratamento de efluentes líquidos:** Veja notas explicativas nº 6 e 22 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, em 31/12/2020, a Companhia apresentou receitas líquidas de R\$ 43.976 mil (R\$ 44.799 mil em 2019). As receitas da Companhia são oriundas preponderantemente da prestação de serviços de tratamento de efluentes líquidos industriais. O reconhecimento contábil se dá quando o serviço é prestado ao cliente, ou seja, quando os efluentes líquidos são efetivamente tratados. Devido à relevância dos valores envolvidos, a natureza e a extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar os resultados desses procedimentos, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Como a auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Entendimento e teste do desenho dos controles envolvendo o reconhecimento de receitas de serviços de limpeza de efluentes líquidos; • Reconciliação entre planilha de faturamento do departamento financeiro e os registros contábeis para o exercício; • A partir da planilha de faturamento do departamento financeiro, selecionamos, em base amostral, notas

fiscais e verificamos: (i) se o volume faturado e o preço praticado estão de acordo com os termos contratuais, (ii) o recebimento subsequente da nota fiscal, e (iii) caso não houvesse o recebimento da nota fiscal, verificamos a evidência do serviço prestado com base nos controles de aferição de peso de entrada e saída dos caminhões de transporte de efluentes líquidos na portaria; • Selecionamos, com base em uma amostra, notas fiscais de vendas de serviços de tratamento de efluentes emitidas nos últimos dias do ano de 2020 e 2019 e nos primeiros dias do ano de 2021 e 2020 e confrontamos essas notas fiscais com os relatórios de descartes emitido pela área operacional e verificamos se as transações foram reconhecidas no período contábil correto; • Verificamos a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de reconhecimento da receita da Companhia relativo a prestação de serviços de limpeza de efluentes líquidos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** Veja notas explicativas nº 6.k e 25 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa nº 25, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7.623 mil. A estimativa do lucro tributável futuro, contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizadas, envolve certas premissas tais como: período projetivo, volume estimados para cada linha de tratamento, preço médio da tonelada processada e inflação projetada. A administração, também, utilizou julgamentos para a interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido aos julgamentos sobre aplicações de leis tributárias que tem efeitos significativos sobre os valores de prejuízos fiscais e a base negativa reconhecidos como imposto de renda diferido ativo e as incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos lucros tributáveis futuros que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • A avaliação da independência, objetividade e qualificação do time de especialistas terceiros contratados pela Companhia para realizar as projeções de lucros tributáveis futuros; • A avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas; (i) se a estimativa do lucro tributável futuro foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercados e estão concordes com o orçamento aprovado pela Companhia, e (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; • Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, análise de sensibilidade de acordo com as premissas observadas e comparáveis de mercado; • A avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como refe-

rência à interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos; e • A avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que o valor reconhecido de imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras. **Enfase - Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras que descreve que foi concluída, em 26 de novembro de 2019, as investigações dos especialistas independentes contratados pela Companhia, sem identificar atos ilícitos e/ou atos fraudulentos cometidos pelos executivos das empresas do grupo Estre Ambiental S.A. (antiga controladora da Companhia) em contratos de prestação de serviços mantidos com a Transpetro. Contudo, as investigações do Ministério Público encontraram-se em curso e não é possível determinar se ainda serão revelados fatos que possam impactar a Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planeja-

mos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar controles, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 18 de março de 2021.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Cristiano Seabra Di Girolamo - Contador CRC BA-017826/O-4

Confira nosso site
datamercantil.com.br

Dinamite Vila Madalena Choperia Ltda.
CNPJ/ME nº 07.263.167/0001-94 – NIRE 35.219.568.200
Comunicado de Extravio
A empresa Dinamite Vila Madalena Choperia Ltda.,
CNPJ/ME nº 07.263.167/0001-94, com seus atos societários arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.219.568.200, com sede social na Rua Morato Coelho, nº 1060, Vila Madalena, comunica o extravio da impressora fiscal, modelo MP-20 F11 ECF-IF, ECF-IF nº 4708031073093 da marca DEMATECH, devido ao incêndio ocorrido no local, sob B.O. nº 239/2020.
São Paulo/SP, 10 de março de 2021

Clinicas do Brasil Holding S.A.
CNPJ nº 23.670.693/0001-25 - NIRE 35.300.484.592
Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária
REUNIAO DIGITAL
Acesso pelo link: <https://zoom.us/j/97307141228?pwd=ZWp0QUVhbnFNaHh0bWpGS0ZlZ08zZz09>.
ID da Reunião n.º: 973 0714 1228.

Ficam convocados os acionistas da **Clinicas do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia Geral"), a ser realizada **no dia 31 de março de 2021, às 10 horas**, em 1ª (primeira) convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (i) o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Regatieri Participações Ltda. pela Clinicas do Brasil Holding S.A.", celebrado pelas administrações da Companhia e da **Regatieri Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pascal, nº 329, conjunto 2, Bairro Campo Belo, CEP 04616-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.838.017/0001-58 ("Holding UPO") ("Protocolo e Justificação UPO"), cuja cópia será disponibilizada aos acionistas nos termos deste Edital de Convocação; (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação **EFFORTS Profissionais Contábeis**, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, sob o nº 2SP024.027/O-0 e no CNPJ 07.760.271/0001-94, sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj. 102 ("Empresa Avaliadora") na qualidade de empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação contábil da Holding UPO para fins de incorporação da Holding UPO na Companhia; (iii) o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Holding UPO, para fins de incorporação pela Companhia, elaborado pela Empresa Avaliadora, o qual avaliou a totalidade do patrimônio líquido da Holding UPO em R\$5.362.518,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e dezoito reais) na data-base de 31 de dezembro de 2020, cuja cópia será disponibilizada aos acionistas nos termos deste Edital de Convocação; (iv) a proposta da incorporação da Holding UPO pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação UPO; (v) a proposta de aumento do capital social da Companhia, decorrente da incorporação da Holding UPO no valor de R\$3.485.636,70 (três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos), mediante emissão de 3.045.078 (três milhões, quarenta e cinco mil e setenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão total de R\$3.485.636,70 (três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos), fixado conforme inciso II do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e serem integralmente subscritas por Caio Vinícius Saito Regatieri, na proporção da participação por ele detida na Holding UPO; (vi) o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da HMO Participações Societárias Ltda. pela Clinicas do Brasil Holding S.A.", celebrado pelas administrações da Companhia e da **HMO Participações Societárias Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Rua Salem Bechara, nº 297, CEP 06018-180 ("Holding Osasco") ("Protocolo e Justificação Osasco"), cuja cópia será disponibilizada aos acionistas nos termos deste Edital de Convocação; (vii) a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora (conforme acima definida), na qualidade de empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação contábil da Holding Osasco para fins de incorporação da Holding Osasco na Companhia; (viii) o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Holding Osasco, para fins de incorporação pela Companhia, elaborado pela Empresa Avaliadora, o qual avaliou a totalidade do patrimônio líquido da Holding Osasco em R\$3.500.100,00 (três milhões, quinhentos mil e cem reais) na data base de 31 de janeiro de 2021, cuja cópia será disponibilizada aos acionistas nos termos deste Edital de Convocação; (ix) a proposta da incorporação da Holding Osasco pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação Osasco; e (x) a proposta de aumento do capital social da Companhia, decorrente da incorporação da Holding Osasco no valor de R\$1.050.030,00 (um milhão, cinquenta mil e trinta reais) mediante emissão de 1.467.609 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão total de R\$1.050.030,00 (um milhão, cinquenta mil e trinta reais), fixado conforme inciso II do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e serem integralmente subscritas por Marcelo Inrator Dimantas, Paulo Santos Rodrigues, Daniel Eduardo Locatelli Gasparian e Tiago dos Santos Prata, na proporção da participação por eles detidas na Holding Osasco; (xi) a alteração da Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia, em vista das deliberações de aumento de capital previstas nos itens (v) e (x) acima. **Informações Gerais:** A senha para acesso à sala virtual da Assembleia Geral e os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral serão enviados aos acionistas via correio eletrônico (e-mail). Aqueles que não os receberam poderão solicitá-los diretamente ao Departamento Jurídico da Companhia, à Sra. Patrícia Passos, pelo e-mail patricia.passos@otpy.com.br. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar, à Companhia (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contem foto de seu titular); (ii) atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; e/ou (iii) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso); (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para terceiro representante de acionista pessoa jurídica. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. A Companhia solicita o depósito prévio dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência. A documentação poderá ser entregue na sede da Companhia ou encaminhada ao Departamento Jurídico da Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos, para o e-mail patricia.passos@otpy.com.br. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em até **30 (trinta) minutos antes do início** da Assembleia Geral, conforme Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. São Paulo, 19 de março de 2021.
Fernando Henrique de Aldemundo Pereira
Presidente do Conselho de Administração

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre B - R\$ 5,5076 / R\$ 5,5082 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,4830 / R\$ 5,4850 *
Turismo - R\$ 5,4870 / R\$ 5,6630
(*) cotação média do mercado
() cotação do Banco Central**

Variação do câmbio livre mercado no dia: -1,47%
OURO BM&F R\$ 304,500

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,21%
Pontos: 116,221
Volume financeiro: R\$ 40,441 bilhões
Maiores altas: Pão de Açúcar ON (13,24%), Sul América UNT (8,71%), CVC Brasil (6,85%)
Maiores baixas: Companhia Siderúrgica Nacional ON (-3,86%), Assai ON (-2,61%), Suzano ON (-1,73%)

Brassinter S/A Indústria e Comércio – CNPJ nº 56.994.460/0001-37
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária
Ficam convidados os senhores acionistas da **Brassinter S/A Indústria e Comércio**, a se reunir em AGO, no dia 20/04/2021 às 10h, na sede social da companhia, Avenida Das Nações Unidas, 21344-SP/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: **1º)** Relatório da Administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2020; **2º)** Eleição da Diretoria; **3º)** Fixação de honorários da Diretoria. Achrom-se a disposição dos acionistas, na sede da companhia, as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2020. São Paulo, 17 de março de 2021.
José Roberto Torres – Diretor Presidente.

Real Estate XXV Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/ME nº 31.701.243/0001-80 - NIRE 35.300.522.71-1 - **Ata de AGE Realizada em 19/3/21.** Aos 19/3/21, às 12h, na sede social. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Daniel Rizardi Sorrentino; Secretário: Rafael Freitas de Aguiar. **Deliberações:** 1. Aprovada a ratificação e a ratificação da ata da AGE de 29/1/21, para: 1.1. **Retificar** a forma de restituição, ao acionista **Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações**, da parcela do capital social reduzido já integralizado, a quantia equivalente a R\$25.962.092,10, que constou erroneamente, que tal valor seria restituído em moeda corrente nacional, quando, na realidade, será restituído mediante a cessão e transferência, pela Companhia ao acionista **Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações**, de (i) 1.183.700 ações ordinárias "AVLL3" e (ii) 355.110 ações ordinárias "AVLL1", sendo todas essas ações ordinárias "AVLL3" e "AVLL1" representativas do capital social da Alphaville S.A., CNPJ/ME nº 16.811.931/0001-00. 1.2. Assim, fica ratificada a redação do item "1.3" do tópico "deliberações" da ata da AGE de 29/1/21, para fazer constar a seguinte redação: "1.3. Nesse sentido, o acionista **Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações** receberá a restituição integral da parcela do capital social reduzido já integralizado, a quantia equivalente a R\$25.962.092,10, mediante a cessão e transferência, pela Companhia ao acionista **Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações**, de (i) 1.183.700 ações ordinárias "AVLL3" e (ii) 355.110 ações ordinárias "AVLL1", sendo todas essas ações ordinárias "AVLL3" e "AVLL1" representativas do capital social da Alphaville S.A., CNPJ/ME nº 16.811.931/0001-00, imediatamente após a data da redução do capital social se tornar efetiva." 1.3. Ratificar as demais deliberações tomadas pelos acionistas na AGE de 29/1/21, bem como todos os atos societários dela decorrentes. Nada mais.

ABRAFIPA – Associação Brasileira das Empresas de Filtros, Purificadores, Bebedouros e Equipamentos para Tratamento de Água
O Presidente da **ABRAFIPA – Associação Brasileira das Empresas de Filtros, Purificadores, Bebedouros e Equipamentos para Tratamento de Água**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 15-d do Estatuto Social, **CONVOCA** todos os associados, juntos com a tesouraria, para: Assembleia Geral Extraordinária – AGE, quando serão tratados os seguintes assuntos: **1)** Aprovação das atividades e contas de 2020; **2)** Aprovação do orçamento para 2021; **3)** Mudança de endereço da sede; **4)** Aprovação da revisão do **regulamento para avaliação voluntária do dispositivo de melhoria utilizado em aparelho para melhoria da qualidade da água para consumo humano**; **5)** Assuntos de interesse geral. Será realizada no dia 30/03/2020, às 14:30hs em 1ª convocação e às 15:00hs em 2ª convocação com qualquer dos presentes, em formato virtual, cuja plataforma de acesso será disponibilizada oportunamente pelas vias virtuais (e-mail, WhatsApp).
São Paulo, 18 de março de 2021. **Alexandre Augusto Domingues** – Presidente

Breda Logística Ltda.
CNPJ/ME nº 16.880.735/0001-97 – NIRE 35.226.922.994
Ata de Reunião de Sócios
Aos 18/03/2021 às 10h00, presentes os sócios titulares da totalidade das quotas representativas do capital social da sociedade, com sede na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara nº 300, Garagem, São Bernardo do Campo-SP, ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** **Paulo Sergio Coelho** – Presidente; **José Efraim Neves da Silva** – Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social para o montante de R\$29.380.829,00, posto que, o valor subscrito e integralizado de R\$32.190.829,00 tornou-se, momentaneamente, excessivo para consecução dos objetivos sociais. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Declarada aberta a sessão, o Presidente iniciou os trabalhos explicando ao sócio e ao capital social subscrito e integralizado na Sociedade é excessivo para a consecução do objeto social, razão pela qual, propôs seja reduzido para R\$29.380.829,00, devolvendo-se a diferença de R\$2.810.000,00 à sócia Comporte Participações S/A. Depois de discutido o assunto previsto na ordem do dia, os sócios, por unanimidade, aprovaram a redução do capital social para R\$29.380.829,00 e a devolução do valor de R\$2.810.000,00, excedente do capital, à sócia Comporte Participações S/A. O montante devido à sócia Comporte Participações S/A, em razão da redução da respectiva participação societária será pago pela administração da Sociedade em moeda corrente nacional, sendo que a sócia Comporte Participações S/A compromete-se, neste ato, a restituir ao patrimônio da Sociedade o valor total recebido, caso haja a oposição de algum credor, nos termos do artigo 1.084 e parágrafos 1º e 2º do Código Civil. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Bernardo do Campo (SP), 18/03/2021. Assinaturas: **Mesa: Paulo Sergio Coelho** – Presidente; **José Efraim Neves da Silva** – Secretário.

O poder de adaptação que fez a diferença na pandemia



O ano de 2020 foi um dos mais desafiadores da história. A pandemia do coronavírus e as incertezas econômicas levaram empresas de diversos setores a reorganizar as suas estratégias, ajustando-se às novas e imprevisíveis situações.

Algumas companhias foram ágeis – e saíram fortalecidas da crise. É o caso da Livelo, programa de recompensas com um catálogo formado por mais de 800 mil opções de produtos e serviços.

“Adaptamos o nosso portfólio para o momento de pandemia”, diz Daniel Pagano, Chief Marketing & Operations Officer da Livelo. “No momento em que o setor de viagens praticamente zerou,

estávamos preparados para fazer que com que outros itens ganhassem espaço.”

A Livelo lançou uma série de estratégias que se revelaram bem-sucedidas, como a criação de coleções temáticas, promoções de diversos tipos e um calendário de ofertas que se intensificou durante o ano inteiro. Além disso, adaptou a comunicação ao contexto, adotando um tom mais empático e humanizado.

Com isso, a empresa tornou-se um canal indispensável para os parceiros, que conseguiram vender mais apesar das dificuldades, e para os participantes, que desfrutaram de novos benefícios.

Na área digital, a Livelo construiu sólidos acordos em 2020. “Aumentamos em

70% o número de parceiros”, diz o executivo. O varejo físico também esteve na mira. “Atualmente, os participantes de nosso programa podem resgatar bens e serviços em mais de 1,5 milhão de estabelecimentos e em serviços de delivery”, diz Pagano.

Em primeiro lugar, adaptamos o nosso portfólio para o momento de pandemia. Já havia uma tendência de itens associados a viagem e entretenimento crescerem menos do que os produtos de catálogo (não viagens). No momento em que o setor de viagens praticamente zerou, estávamos preparados para fazer que com que outros itens de nosso portfólio ganhassem mais espaço.

Neofeed

Fim de fraldas perdidas? Magalu faz site para receber Chá de Bebê em 1 ano



A varejista Magazine Luiza acaba de lançar a Chá de Bebê, uma ferramenta gratuita que pretende facilitar a vida de gestantes, pais e familiares ao organizar uma lista de presentes para bebês, sem sair de casa, e com mais de 7 milhões de itens do segmento disponíveis no Magalu.

Na plataforma todos os presentes recebidos viram créditos em um cartão e os responsáveis podem resgatar os produtos que desejarem dentro do site, lojas e superapp do Magalu. Este crédito fica disponível por um ano e pode contemplar as variadas necessidades do bebê e da família – dando prazo para as compras e evitando que os itens fiquem estocados em casa.

O PC ainda é o ganha-pão. Mas Positivo acelera outros negócios

Em 2017, a Positivo substituiu o “sobrenome” Informática, que acompanhava a empresa desde a sua fundação, em 1989, pela palavra Tecnologia. Longe de ser um mero detalhe, a mudança simbolizava o plano da fabricante de ir além dos computadores, diante da desaceleração nas vendas da categoria.

Quatro anos depois, a companhia brasileira começa a colher resultados mais consistentes dessa busca por diversificação. E entende que o cenário é favorável para dar mais velocidade às estratégias desenhadas para o que batizou como novas avenidas de crescimento.

“O ano passado foi a sedimentação do trabalho que fizemos nesses últimos anos”, diz Hélio Rotenberg, em en-

trevista ao NeoFeed. “Hoje, esses novos negócios já representam 19% da nossa receita bruta e a tendência é que eles ganhem cada vez mais representatividade.”

Primeira área lançada sob esse posicionamento, a oferta de máquinas de pagamento é um exemplo de como a Positivo está expandindo seus limites. A oferta, que também inclui serviços de manutenção, estava atrelada, até então, a um contrato de exclusividade com a Cielo.

Agora, com o fim desse compromisso, a Positivo terá pista livre para buscar outros clientes para esse portfólio, além de incluir mais serviços nesse pacote. Entre eles, soluções ligadas a sistemas de frente de caixa, conectividade e gestão completa dos equipamentos.

Neofeed



Neofeed

“O site facilita a vida dos pais e familiares ao não precisar estocar produtos em casa, trocar itens semelhantes ou mesmo acumular créditos para comprar algo de maior valor. Além disso, percebemos a possibilidade de acelerar o mercado de compras online de itens para os bebês, ainda mais relevante em meio a pandemia da covid-19”, diz Pedro Aranha, coordenador de novos negócios do Magalu.

O Chá de Bebê Virtual foi inspirado no site Quero Casamento, que desde 2013 já atendeu mais de 150 mil casais. “Escolhemos utilizar o mesmo modelo de uma plataforma já validada pelo público, o Quero de Casamento, para entrar em um ramo praticamente inexplorado e com enor-

me potencial”, diz Aranha.

Em 2020, com a pandemia, e a necessidade do isolamento social, o e-commerce brasileiro cresceu mais de 73%, de acordo com índice MCC-ENET, desenvolvido pelo Comitê de Métricas da Câmara Brasileira da Economia Digital em parceria com o Neotrust | Movimento Compre & Confie. Somente no ano passado, este setor materno-infantil movimentou mais de 2 bilhões de reais no mercado online.

O Magazine Luiza desenvolveu o Chá de Bebê em cinco meses, totalmente dentro de casa, e se inicia com cinco tipos de listas diferentes com sugestões de presentes para cada objetivo, e já prontas para divulgar.

Exame